

O GOLPE DE 1964 NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

THE COUP THE 1964 IN BRAZIL: A BRIEF ANALYSIS IN THE FIELD OF HUMAN SCIENCES

BRUNA BALIZA DOS SANTOS DOIMO*

MARCELA DE OLIVEIRA SANTOS SILVA**

Resumo: O Golpe e Ditadura instituída no Brasil em 1964 são temas centrais nos trabalhos no campo das ciências humanas. Contudo, em especial após as últimas eleições de 2018, temos visto o tema ganhar mais espaço na esfera pública, principalmente em discursos que visam uma revisão de temas a muito já demonstrados, como a violência do regime. Nesse momento, nós profissionais das ciências sociais temos responsabilidade de nos debruçarmos no tema, explicar sua complexidade. Ao invés de temas há muito já aceito pela grande parte dos cientistas das humanidades, como a brutalidade do regime, vamos aqui nos debruçar em outros temas que passaram por muita disputa nas ciências sociais e história.

Palavras-chave: Golpe de 1964, Ditadura, revisão bibliográfica.

Abstract: The coup and dictatorship instituted in Brazil in 1964 are central themes in works in the field of human sciences. However, especially after the last elections of 2018, we have seen the theme gain more space in the public sphere, especially in speeches by those who aim at a review of themes that have long been demonstrated, as an example, the violence of the regime. At this moment, we social science professionals have a responsibility to focus on this topic and explain its complexity. Instead of themes that have long been accepted by most scientists in the humanities field, such as the brutality of the regime, we are going to look here at other themes that have gone through a lot of dispute in the social sciences and history.

Key-words: Coup the 1964, dictatorship, literature review.

Introdução

Embora a ditadura brasileira seja ampla e exaustivamente discutida pela historiografia, quando nos deparamos com cartazes em manifestações pedindo “intervenção militar”, percebemos que esse tema demanda análises mais aprofundadas, em particular, no campo das

* Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (bbdoimo@yahoo.com.br).

** Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, bolsista CAPES. (marcela.oliveir@yahoo.com.br).

ciências sociais. Assim, fazer uma reflexão sobre esse período é um processo fundamental para entender a história do Brasil.

Tendo como fio condutor essa percepção, discutimos nesse artigo o tema do golpe civil-militar de 1964. Nosso objetivo é apresentar os debates de algumas correntes que lidaram com o tema da responsabilização do Golpe e da instauração da Ditadura. Tratar dos embates científicos a respeito desse tema é uma tarefa que para ser executada de forma integral, levando em conta tudo que já foi pesquisado no terreno das ciências sociais, demandaria a escrita de uma coletânea de livros separados por período, correntes interpretativas, dentre tantos outros recortes possíveis. Desse modo, nossa pretensão não é esgotar o tema ou dar conta de um debate entre aqueles que produziram pesquisa no campo. Este artigo é o desdobramento de um trabalho produzido para a disciplina “Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) realizada durante o mestrado. Por meio desta matéria, tivemos acesso às discussões de autores que se dedicaram a explicar as forças sociopolíticas por trás do Golpe de 1964.

Os interesses políticos e as engrenagens por trás do golpe

O cientista político René Dreifuss é uma referência para todos aqueles que pesquisam o tema do Golpe de 64, seja reafirmando suas conclusões ou contrapondo-as. Sua tese “1964: A conquista do Estado” foi publicada em 1981, e contava com vasta documentação do Instituto de Pesquisa e Estudo Social (IPES), que até então não havia sido analisada. A tese defendida por Dreifuss argumenta que havia uma coalização entre diferentes setores da elite brasileira com a participação do capital internacional, o que o autor vai chamar de “capital multinacional-associado”, que reunidos no conglomerado IPES/IBAD, tentavam impor seus interesses sócio-políticos em um projeto de Estado.

O IPES e o IBAD, segundo Dreifuss, possuíam duas facetas. Publicamente seu objetivo era “analisar a situação e contribuir para a solução dos problemas sociais que surgem constantemente na vida brasileira.” O seu lado secreto, “coordenava uma sofisticada e um multifacetada campanha política, ideológica e militar”, que empreendiam “manipulação de opiniões e [uma] guerra ideológica”. Os institutos tinham papéis distintos. O IBAD “agia como uma unidade tática” e o “IPES operava como centro estratégico”.¹

Dreifuss investigou a composição dessas associações, com o objetivo de traçar os diversos interesses que estavam em jogo. Fica claro para ele que, mesmo havendo interesses específicos de cada fração de grupo (ruralistas, empresários nacionais de diversos ramos,

¹ DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Vozes, 2006, p.164

empresariado internacional, alto escalão militar e outros), em seu conjunto, eles buscavam uma união visando pôr em prática um plano de ação político coeso. O autor qualifica esse grupo como uma “elite orgânica”, baseado na ideia de “intelectual orgânico” de Gramsci.² Essa elite é a conjunção de agentes de mesma base ideológica que se unem estrategicamente a fim de implementar uma ação política classista, voltada para o favorecimento de seus interesses econômico, políticos e sociais.

A transformação de diferentes grupos da elite em uma elite orgânica passou, segundo o autor, por três estágios: o primeiro, a conscientização dos grupos para a necessidade da ação política; o segundo, a consolidação dos complexos IPES/ IBAD; e, por último, “evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado”.³

O autor apontou para a ativa participação internacional financiando e passando o *know-how* para coordenar as ações do Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada - IPEA contra o governo de João Goulart. Para se referir a esse grupo o autor usa o conceito de “capital multinacional-associado” – a junção entre o capital nacional e o estrangeiro. Vale ressaltar que, para o Dreifuss, a ação desse grupo estava em curso desde o governo de Juscelino Kubitschek, com entrada de capital estrangeiro. Desse modo, o golpe de 1964 teria sido o resultado desse processo. Sendo o ponto máximo de interferência dessa “ordem empresarial” no poder executivo, que avaliou que não daria mais para seguir as “regras do jogo” democrático para ter atendido seus interesses – era preciso um “assalto ao poder”.

Como Dreifuss, o outro autor que foi um dos primeiros a se debruçar sobre a forte interferência estadunidense no golpe é Luiz Muniz Bandeira.⁴ Este argumenta que não só o Golpe de 1964, mas também a tentativa anterior de golpe para que Jango não assumisse a presidência estavam associados a um “fenômeno de política internacional cujo epicentro se encontrava na mutação estratégica de segurança continental, promovida pelo Pentágono.”⁵ Nesse sentido, os golpes contra a democracia no Peru (1962), Argentina (1962) e Guatemala

² Dreifuss faz uso não só desse, mas de diversos conceitos gramsciano, como “bloco histórico”, “crise orgânica”, “transformismo” e “sociedade civil”.

³ DREIFUSS, *Ibidem*, p. 161-162

⁴ Vale ressaltar que já no livro “O governo João Goulart”, de 1978, Muniz Bandeira já traz o tema da participação ativa do governo dos EUA no golpe. Tanto o livro de Bandeira, quanto de Dreifuss estão fundados na descoberta de documentos do governo americano sobre sua participação, como exemplo, a nomeada Operação Brother Sam, revelada em 1976, por Phyllis R. Parker.

⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz, O golpe de 64 como fenômeno de política internacional. *In: 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. TOLEDO, Caio Navarro (org), Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 90

(1963), se situam nesse cenário de incentivo do governo estadunidense a regimes de exceção, por entender que estes seriam mais eficazes em reprimir ameaças revolucionárias.

Todavia, o maior problema para o EUA não era o perigo da luta de guerrilhas, mas sim o fortalecimento da democracia, "onde o endurecimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista e os sentimentos anti-norte-americano".⁶ Até porque, segundo análises da própria *Central Intelligence Agency* - CIA, no caso brasileiro havia mais possibilidade de se desenvolver um *autoritarismo ultranacionalista*, aos moldes do governo de Vargas e Perón, do que um regime comunista.⁷

Marcelo Badaró Mattos chama atenção que esse tipo de explicação, que o autor vai classificar de materialismo histórico, era comum na época em que Dreifuss e Muniz Bandeira escreveram seus livros 1977 e 81, respectivamente.⁸ Bandeira vai ler o Golpe de 64 como um episódio de luta de classes, onde o setor empresarial, nacional e especialmente estrangeiro, derrubou o governo a fim de conter a ascensão dos trabalhadores.⁹

Mas há aqueles que vêm um ponto a ser refutado nessa teoria. Carlos Fico, diferente de Dreifuss, afirma que há uma diferença importante entre o que ele vai chamar de "campanha de desestabilização de Goulart" e o que de fato foi a "conspiração" para a tomada de poder.¹⁰ Para Fico ficou comprovado que houve uma campanha de desestabilização do governo de João Goulart, que estava em curso desde 1962, posta em prática por organizações e agências brasileiras e americanas. Já os primeiros "preparativos" para o Golpe, datam de 1963. A campanha contra o governo teria sido muito bem-organizada e estruturada e seu comando estava na mão de entidades civis (no Brasil). Já o Golpe, para o autor, teria tido pouco planejamento e foi articulado pelos militares. Mesmo vendo a ligação entre os dois eventos, como sugere Dreifuss, Fico considera importante que seja preservada a relativa autonomia entre eles, pois senão corremos o risco de acreditar que aqueles que, anos antes, iniciaram a propaganda contra o governo do então presidente já sabiam exatamente os rumos

⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz, O golpe de 64 como fenômeno de política internacional. In: **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. TOLEDO, Caio Navarro (org), Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.118.

⁷ *Ibidem*, p.118

⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. O Sentido de Classe do golpe de 1964 e da Ditadura: Um debate bibliográfico. In: **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Grinaldo Carneiro Zachariadhes. (Org). Aracaju: EDISE, 2015. 582 p.36-37

⁹ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977. Pp.21-22

¹⁰ FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Pp.75

que essa levaria. Ou em outras palavras, que o golpe era o único caminho para aqueles que vinham pondo em prática a campanha “anti-Goulart”.¹¹

Vale ressaltar que além da participação capital multinacional e do governo americano, Dreifuss também chama atenção para as participações de outras entidades civis no Brasil, como, por exemplo, a Igreja Católica e seu culto sistemático anticomunista, ou então a organização Tradição, Família e Propriedade (TFP). Essas, segundo ele, até foram responsáveis pela mobilização de uma parcela da população.

Posto isso, Dreifuss, de forma bem-sucedida, acabou criando uma escola explicativa ao pensar o capital estrangeiro como um elemento chave para se compreender o Golpe de 1964. No entanto, alguns autores posteriormente questionariam até que ponto a comprovação de uma conspiração por si só consegue fornecer uma “explicação real” dos eventos. Essas divergências criadas no campo historiográfico demonstram os meandros e incertezas que tal acontecimento apresenta quando nos deparamos com a tarefa de analisá-lo.

A participação civil no golpe e na ditadura

A compreensão do que foi o período ditatorial é um desafio para as ciências sociais. Dentre várias vertentes explicativas, temos uma que pensa o caráter dessa ditadura. Isto é, no Brasil tivemos uma ditadura militar ou uma ditadura civil-militar?

O primeiro a fazer uso do termo civil-militar para descrever tanto o Golpe quanto a Ditadura foi o já mencionado René Dreifuss. Ele chega a essa conclusão não só por entender que houve uma participação decisória de agentes civis na tomada do poder, mas por compreender que esta tinha um projeto de classe que justificava a colaboração.

É importante ressaltar que, para ele, houve participação da elite civil, não só no Golpe, mas também durante o governo. O autor chegou a essa conclusão analisando a composição dos ministérios e os projetos postos em prática no governo Castello Branco, que, como aponta, contavam com a participação direta desse grupo civil que teria patrocinado o golpe. Muitos dos componentes civis desses ministérios eram tidos como profissionais técnicos, para ele, os “tecno-empresários”. Dreifuss afirma que um estudo mais cuidadoso nos permite observar que este grupo estava diretamente ligado ao complexo IPES/IBAD ou então a industriais e banqueiros que haviam contribuído com os institutos a fim de derrubar Goulart.¹²

¹¹ FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Pp.75-76

¹² DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Vozes, 2006, p.417

Para Dreifuss, o que motiva a derrubada de Goulart são os interesses de classista de uma elite que se via cada vez mais ameaçada pela conjuntura sociopolítica do período. Essa mesma tese é defendida por Bandeira, que entende o Golpe como um episódio de luta de classes, o qual refletia o momento conturbado após a Revolução Cubana, onde os “antagonismos sociais e políticos” se evidenciavam ainda mais.¹³

Outros autores pensaram sobre uma “complexa trama de engenharia política” que estava por trás do golpe que pôs fim ao governo de Jango. Esse é o caso de Marco Napolitano. Para ele, a crise política no fim de 1963 ajudou a agravar uma conspiração contra o presidente e contra o “trabalhismo” – pautada no anticomunismo.

O viés conservador anticomunista era o único cimento da coalizão golpista de 1964 liderada pelos militares, que reunia desde liberais hesitantes até reacionários assumidos, golpistas históricos e golpistas de ocasião, anticomunistas fanáticos e “antipopulistas” pragmáticos, empresários modernizantes e latifundiários conservadores.¹⁴

Entre os grupos golpistas o autor destaca a imprensa, que tentava direcionar a opinião pública para a causa golpista. Mas segundo Napolitano, essa missão foi falha, pois, a grande massa era a favor de Goulart. Além do empresariado associado ao capital estrangeiro, que não acreditava que o governo teria capacidade de retomar o crescimento econômico. Nesse ínterim, a classe média se destacou como um grupo de ação nas medidas reacionárias.

Quanto ao papel dos grupos envolvidos no Golpe, Napolitano faz um importante apontamento. Segundo ele, não podemos dizer que mesmo entre aqueles que estavam de longa data planejando o Golpe, conscientes das suas implicações, previam o rumo final que este tomou. “Ao que parece, todos, conspiradores e governistas, acreditaram que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em um ambiente político ‘saneado’”.¹⁵ Assim, para o autor, a direita civil moderada foi aos poucos percebendo que a intervenção não servia apenas ao seu interesse de derrubar o presidente. O golpe civil militar deu início a uma ditadura exclusivamente militar. Podemos assim dizer que, para o autor, não há um fator único que explica o golpe, e sim uma conjuntura de elementos. Como sintetiza Marcelo Ridenti ao analisar a obra de Napolitano, “*What matters is the articulation of the strictly political aspects in all their complexity (the*

¹³ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977, p.96

¹⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p.314

¹⁵ *Ibidem*, p.68

specificity of the social struggles at every juncture) with the particularity of the military, the institutional construction, the many cultural aspects and the economic determinations.”¹⁶

A análise que Ridenti faz de Napolitano também se aplica a Carlos Fico. Em seu recente livro *O golpe de 64: momentos decisivos*,¹⁷ o autor apresenta uma síntese didática da sua percepção do que levou ao golpe. Podemos observar muitos pontos comuns entre Fico e Napolitano. Um deles é a defesa do caráter civil-militar do Golpe, amparado no significativo apoio de camadas civis a derrubada do governo de Goulart. Outra questão que Fico aponta é que aqueles que apoiavam o golpe não previram a ditadura que se seguiria. Ao apresentar os setores de apoio ao golpe, a classe média, imprensa, igreja e o governo estadunidense e toda a estratégia política que vinham acontecendo antes mesmo de Goulart renunciar, o autor mostra que o golpe só foi possível por uma soma de fatores, que, como aponta Ridenti, “*perhaps more complementary than mutually exclusive.*”¹⁸

Ainda sobre as pesquisas que falam sobre a participação civil, Demian Bezerra Melo sublinha uma questão de cunho teórico-metodológico importante. Isto é, o significado de civil-militar que vem sendo utilizado na historiografia para referir-se à ditadura. Segundo o autor, o uso recente do termo difere daquele que fora cunhado por Dreifuss, que, quando fala em civil, refere-se a uma camada específica da população: as elites. Não por acaso, Dreifuss vai se utilizar muitas vezes do termo “empresarial-militar” para se referir tanto à Ditadura, quanto ao Golpe.¹⁹

O autor Daniel Aarão Reis também é defensor da dimensão civil-militar do regime. Mas, ao contrário do que vimos com Dreifuss e Bandeira, Aarão vai entender “consenso social” entre a sociedade e o regime. Inclusive, mesmo não negando que dentro desse “consenso” havia de se levar em conta a questão da repressão e do conformismo, o autor enfatiza a relação positiva da sociedade não só em 1964, mas ao longo do regime.²⁰ Segundo

¹⁶“O que importa é a articulação dos aspectos estritamente políticos em toda a sua complexidade (a especificidade das lutas sociais em cada conjuntura) com a particularidade dos militares, a construção institucional, os diversos aspectos culturais e as determinações econômicas.”. RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. **Bulletin of Latin American Research**, 2016. Tradução livre, p.7

¹⁷ FICO, Carlos. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

¹⁸ “Talvez mais mutuamente complementar do que exclusivo”. RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. **Bulletin of Latin American Research**, 2016. Tradução livre, p.7

¹⁹ O autor chega a essa conclusão analisando a composição dos ministérios e os projetos postos em prática no governo Castello Branco, que contavam com a participação direta desse grupo civil que patrocinou o golpe. Desse modo, para o autor, o que motiva a derrubada de Goulart são os interesses de classe, de uma elite que se via cada vez mais ameaçada pela conjuntura sociopolítica do período.

²⁰ O autor debate essa questão em diferentes obras, em especial quando debruça-se no tema da memória constituída sobre a ditadura, que tenta, segundo seu argumento, apresentar uma sociedade totalmente contrária ao

Melo, ao fazerem isso, sem discriminar quem eram os grupos que apoiavam, acabam por generalizar esse apoio social a ditadura, deste modo, esses autores chegam a pensar em termos de uma “cumplicidade da sociedade brasileira”.²¹

Marcelo Ridenti vai afirmar que optam pelo uso do termo golpe militar e ditadura militar, mas não negam a influência/participação de setores civis. Da mesma forma que o uso do termo civil-militar não desconsidera as particularidades militares do regime. O que importa, segundo o autor, é analisar a complexidade das relações entre civis e militares

O papel da sociedade civil na ditadura

Mesmo não entrando na discussão mais detalhada sobre o caráter civil-militar, queremos sim, de forma breve, debater um pouco sobre a relação da sociedade civil com o governo. Para isso tomaremos dois casos, a tese de Janaina Cordeiro, intitulada “*Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*”,²² e o livro “*As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*”,²³ de Rodrigo Patto Sá Motta. Como os títulos das obras já sugerem, ambas propõem uma análise da relação entre a sociedade e o regime a partir de recortes específicos. Assim, nem os autores, muito menos nós, pretendem generalizar a relação entre a sociedade civil, como se essa fosse um organismo homogêneo, e o governo, que vale ressaltar, tampouco se tratou de uma unidade uniforme, uma vez que falar de governo militar é falar de 21 anos de regime, do qual 5 mandatos diferentes, cada qual com suas características, estiveram à frente do Estado. Trazemos as seguintes obras por complexificarem as relações, saindo do binômio resistência ou apoio.

Motta busca entender como se deu a relação entre sociedade civil e a ditadura a partir de um recorte específico: as universidades. Ao apresentar diferentes casos, o autor chama atenção para as estratégias adotadas pelos “profissionais da academia” e os alunos para lidar

governo ditatorial, que se mantinha no poder só pelo uso de métodos repressivos. Ver REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 2010, 23. Jg., S. 171-186.; REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004), REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). Bauru: Edusc, 2004. ; Ditadura no Brasil: Uma incômoda e contraditória memória. In: **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1985**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²¹MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.168

²²CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. UFRJ, 2012, Tese (Doutorado em História).

²³MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

com um estado de exceção. Ele afirma que o binômio resistência e colaboração não daria conta de explicar a complexidade das ações dos sujeitos. O autor sugere outra classificação, “adesão, resistência e acomodação”, pois muitos sujeitos não resistiram e nem aderiram, apenas “buscaram formas de acomodação e convivência com o sistema autoritário”.²⁴

O historiador defende que a acomodação e a conciliação são os “aspectos chave da cultura brasileira”. É na noção de cultura política que ele se fundamenta para explicar as relações entre sociedade e governo. Para ele, a cultura política brasileira privilegia os laços pessoais e os arranjos informais em detrimento às relações impessoais e institucionais. Os arranjos, ao qual o autor vai chamar de “jogos de acomodação”, serviram para “amortecer a violência política em determinados momentos”.²⁵

Outra questão posta pelo autor foi a relação entre o impulso modernizante e o conservador dentro da universidade. O impulso modernizante pautava-se em diferentes elementos, como o desenvolvimento econômico e tecnológico, maior mobilidade de pessoas entrando e saindo do país, crescimento industrial e urbano, modernização agrícola, entre outros. Por outro lado, o movimento conservador buscava a manutenção da “ordem social e dos valores tradicionais”, e o combate a valores revolucionários.

Motta chama atenção que esses impulsos não se desenrolaram de maneira linear, “houve momentos em que um dos elementos do par prevaleceu sobre o outro, em combinação complexa e difícil de deslindar.”²⁶ Assim, o autor dá luz a medidas ambíguas e contraditórias do governo, que abriam espaço para “acomodação e conciliação”. “O grande paradoxo do regime militar brasileiro – e essa afirmação não vale apenas para o sistema universitário – residiu no fato de expressar, a um só tempo, impulsos conservadores e modernizantes que por vezes geraram ações contraditórias.”²⁷ A contradição se mostra na prática, já que muitos descritos como “suspeitos” e “indesejados” faziam parte da elite universitária. Grupo esse que era um dos principais responsáveis por aquilo que se entendia como progresso. A partir de pesquisa, ele chega à constatação que “de maneira geral, [...] a pauta conservadora levou a pior na maioria das vezes em que se impôs a escolha entre modernizar e conservar”.²⁸

Na pesquisa de Motta, não obstante o grande acervo de fontes, observa-se alguns problemas metodológicos. A respeito, Fico questiona até que ponto a cultura política

²⁴ *Ibidem*, p.200

²⁵ *Ibidem*, p.13

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014, p.11

²⁷ *Ibidem*, p.289

²⁸ *Ibidem*, p.193

influencia as ações individuais, na medida em que uma mesma cultura política levou a diferentes jogos de acomodação. Levando isso em consideração, o que aconteceu com essa cultura política nos anos finais da ditadura, onde a busca por enfrentamento superava as tentativas de acomodação? Além do mais, o autor chama atenção para a generalização do estereótipo produzida por Motta na figura do “brasileiro”. Segundo ele, a descrição de Motta para aquilo que seria a “cultura brasileira”, ou o “jeito brasileiro” se dá a partir de um prisma negativo.

Já Janaina Cordeiro tenta compreender a relação da sociedade com o governo a partir de um evento específico, o aniversário de cento e cinquenta anos da independência, em 1972. Tal data está situada no que ficou conhecido como “milagre econômico”, um momento de estabilidade e crescimento da economia brasileira, datado de 1969 a 1974. Todavia, esse período também marca os “anos de chumbo”, durante o governo Médici, onde houve um aumento da violência estatal, em que a tortura foi institucionalizada.

Um primeiro apontamento a ser feito sobre a teoria de Cordeiro é a hipótese da autora de que setores diferentes vivenciaram de formas distintas a ação do estado. Nesse sentido, os anos de chumbo foram consagrados dessa forma por aqueles que experimentaram a violência estatal, ou seja, só os grupos tidos como “inimigos do povo e da Pátria”, que eram as esquerdas que haviam aderido à luta armada, os membros filiados ao PCB e as correntes trabalhistas. Já para outros segmentos da sociedade, representava uma maior segurança pública, devido justamente à repressão dos “subversivos”. Assim, ela afirma, que os anos “de 1969 a 1974, não foram anos de ouro ou anos de chumbo. Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo.”²⁹

Nesse sentido podemos entrar na questão chave abordada por Cordeiro. Ao retratar a relação da sociedade com o governo, a autora se utilizará de duas categorias: “consenso” e “consentimento”. Sendo consenso um acordo entre os membros de determinada sociedade baseada em “princípios, valores e normas”. O consenso diz respeito-às formas pelas quais setores da sociedade “se expressam com relação a determinados acontecimentos ou regimes, bem como de compreender o universo de referências simbólicas – e materiais – acionado em determinadas situações e com o qual setores expressivos da sociedade puderam se identificar

²⁹ CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**, 333f. 2012, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 90

em certos momentos.”³⁰ A autora ressalta ainda que consenso não significa unanimidade, o que, aliás, seria impossível em uma sociedade.

Assim, Cordeiro chega à conclusão que havia um pacto social vigente no período do *milagre*, que consistia em diferentes posturas, “simpatia silenciosa, a fascinação como desejo ativo e consciente de fazer parte de algo maior e, por outro lado, a apatia e a indiferença, comportamentos distintos entre si”.³¹ Isso foi possível, graças ao momento favorável da economia brasileira que, com o projeto desenvolvimentista sendo posto em prática, conseguiu movimentar na sociedade um “forte sentimento cívico”. Esse discurso é muito incorporado principalmente entre a classe média, como em setores mais populares, que vislumbravam não só os ganhos materiais imediatos, mas também a possibilidade de um futuro promissor. Para isso, as “pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas.”³²

Aqui é possível observar a relação indissociável que esses autores percebem entre a sociedade e o regime. Como se o golpe/ditadura só fosse possível pela ambiência a qual emergiu.

Uma mudança de prisma: a visão dos militares

Nesse item apresentaremos pesquisas que se debruçaram sobre o tema do Golpe e a Ditadura buscando elucidar outras perspectivas sobre o fenômeno. Entre estas, podemos destacar o estudo de um grupo de pesquisadores do CPDOC que buscou a visão dos militares sobre o Golpe. Nessa pesquisa, a questão econômica e o papel das classes envolvidas na Golpe não eram o ponto principal. A própria classificação classista perde lugar para a dicotomia “esquerda” e “direita”. O estudo propôs uma mudança do foco das crises econômicas para as motivações militares, este resultou no livro *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, de Gláucio Ary Soares e Maria Celina D’Araujo.³³ Neste a proposta foi um reexame da história sobre o Golpe e a Ditadura, a partir do prisma dos militares. Para tal, os autores contaram com depoimentos de militares que “em sua maioria não tiveram uma liderança destacada nos preparativos do Golpe [...], mas que em muito pouco tempo se tornaram responsáveis pela administração de importantes esferas de ação militar e do próprio governo”.³⁴ A escolha dessas figuras se justifica, segundo os autores, pois os generais

³⁰ *Ibidem*, p.21

³¹ *Ibidem*, p.302

³² *Ibidem*, p.303

³³ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

³⁴ *Ibidem*, pp. 08-09

envolvidos na conspiração para o Golpe, “os generais de 64”, já deixaram suas memórias escritas ou tiveram suas vidas biografadas. As motivações para o Golpe citadas por esses militares podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- 1- caos, desordem e instabilidade; 2- perigo comunista e subversão; 3- crise hierárquica militar; 4- interferências do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militar; 5- apoio popular ao golpe; 6- corrupção, roubo de verba pública; 7- sindicalismo, república sindical.³⁵

O comunismo era visto com maus olhos, segundo D´Araújo, desde o episódio da Revolta Comunista de 1935. A “intentona” foi encarada pelo corpo militar com uma traição contra os pilares da instituição, a disciplina e a hierarquia. Para os depoentes, em 1964, no Brasil, esboçava-se uma revolução comunista, na qual esquerda já estava preparada para dar um golpe. Este culminaria na instalação de uma “república sindicalista” ou “popular”.³⁶ Entretanto, a situação se mostrou “intolerável” quando a subversão chegou às forças armadas. O posicionamento de Goulart perante as revoltas de sargentos, marinheiros e fuzileiros, que ocorrera em 1963 e 1964, e o prestígio dado ao presidente aos baixos escalões “ultrapassou fronteiras simbólicas extremamente perigosas.”³⁷ Segundo os depoentes, o medo de uma revolução da esquerda não afligia só o corpo militar, os civis também temiam a implantação do comunismo. Por isso, desejaram o golpe. Assim, eles apontam os setores da classe média, empresário e a Igreja Católica como cúmplices.

Um elemento importante levantado no livro diz respeito à conspiração. Segundo a “opinião militar dominante”, o Golpe foi derivado de “ações dispersas e isoladas”. Em sua maioria, os depoentes não entender as ações dos conspiradores como isoladas dentro de pequenos grupos distintos. Alguns chegam a entender que havia uma organização central em que todos esses “polos” conspiratórios. Todavia, essas visões destoam daquela proferida por correntes historiográficas, em especial as marxistas, que compreende o Golpe como uma conspiração muito bem estruturada, que envolvia empresários nacionais, os militares, o capital internacional e até governos estrangeiros.

Não obstante, são justamente os historiadores que seguem essa concepção que criticaram as interpretações dos militares expostas por D`Araújo. Marcelo Badaró Mattos, por

³⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. O Sentido de Classe do golpe de 1964 e da Ditadura: Um debate bibliográfico. *In: 1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Grinaldo Carneiro Zachariadhes. (Org). Aracaju: EDISE, 2015., p. 08.

³⁶ D´ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994, p. 12.

³⁷ *Ibidem*, p.13

exemplo, critica os depoimentos militares que negam a conspiração para a execução do golpe, pois esses depoentes não estavam no período em uma posição de tomada de decisão na hierarquia militar. Por tanto, não teriam acesso às informações sobre a conspiração em curso.

Maria Celina D´Araújo vai argumentar que não havia um grupo dirigente central, mas sim, dois grandes grupos distintos entre os militares: “Sorbonne”, onde estavam os oficiais ligados à Escola Superior de Guerra e era composto por “vários generais, [...] e por grupos políticos e empresariais”. O outro grupo era conhecido como a “tropa”. Este teria uma composição “menos orgânica do que o primeiro”, e era formado por “pequenos conjuntos de oficiais de baixa ou média patente”.³⁸ A autora aponta que não havia um projeto de governo que seria posto em prática pelo grupo vencedor. Isso se justifica pela própria concepção dos depoentes que não havia um comando central que coordenava as ações conspiratórias.

O argumento de D´Araújo é criticado por Badaró Mattos. Ele entende que essa hipótese se opõe diretamente a tese defendida por René Dreifuss, pois nega uma coordenação orgânica do golpe, que visava justamente atender aos anseios dos grupos que estavam por trás de sua execução. O autor afirma ainda que, além dos documentos usados pelo cientista político uruguaio, pode-se contrapor a tese de D´Araújo os depoimentos de outros militares e empresários que estavam envolvidos no golpe.

Ainda rebatendo a tese, Badaró Mattos demonstra que as medidas adotadas pelo governo favoreceram os grupos que apoiaram o golpe. Como exemplo, a aprovação de medidas que haviam sido “estudadas e sintetizadas pelo IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais]”, e seus executores foram ministros que antes já eram membros do mesmo instituto. Para além, Mattos critica D´Araújo e Soares, pois entende que eles usam os depoimentos dos próprios golpistas para contrapor as pesquisas historiográficas.

A pesquisa de D´Araújo e Soares recebe críticas de Marcos Napolitano. O autor reconhece a importância da pesquisa, que dá voz aos militares, que foram os protagonistas da ação, mas que até então haviam sido silenciados pela “memória histórica hegemônica”. Segundo Napolitano, fica clara a visão dos depoentes de que tanto o golpe, como o governo que se instituiu a partir dele foram uma reação ao governo Goulart. Nesse sentido, as Forças Armadas eram vistas como “reserva política e moral da nação brasileira e, portanto, sua missão histórica era extirpar o conflito produzido pela corrupção e venalidade dos políticos civis, evitando que se abrisse uma brecha para o comunismo”.³⁹ Mesmo afirmando que essa

³⁸ *Ibidem*, p.17.

³⁹ NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o Regime Militar Brasileiro- Apontamentos para uma Revisão Historiográfica. *Contemporânea*, v.2, 2011 ,p. 212.

perspectiva não é endossada pelos autores, Napolitano declara que estes se equivocam ao reafirmarem a ideia de que um grupo mais radical foi responsável pelo endurecimento do regime que, no momento do golpe, havia sido “feito em nome da defesa da ‘constituição’ e da ‘democracia’”.⁴⁰

A pesquisa feita pelos pesquisadores do CPDOC se mostrou muito importante, não só por trazer um outro ponto de vista para análise, daqueles militares que foram subalternizados pela história, mas também, por mudar o foco da análise da questão econômica para outras motivações que poderiam estar por trás da ação golpista. Apresentar a visão desses militares também torna possível que a historiografia refute argumentos que, para além desses indivíduos, podem também estar presente no imaginário de outros grupos sociais. Por outro lado, muitos historiadores vão chamar atenção ao cuidado que devemos ter ao rediscutir o tema, para que esse não acabe sendo por demasiado relativizado. É justamente sobre como esse tema foi sendo revisado que iremos discutir a seguir

“Os revisionistas”

A pesquisa de D’Araújo e Soares não é a única a propor uma interpretação que buscasse causas extras econômicas para o golpe. Caio Navarro de Toledo foi um dos primeiros a revisar os estudos sobre o tema e chamar atenção para essa mudança de perspectiva no seu artigo intitulado “1964: Golpismo e democracia: As falácias do revisionismo”.⁴¹ Neste, o autor classifica como revisionistas as teorias que afirmam que todos os agentes políticos em 64 estavam “comprometidos como o Golpe”, por não serem suficientemente comprometidos com a democracia. Segundo ele, ideias como essas são usadas como forma de “legitimar” o Golpe.

Entre as obras taxadas de revisionistas, o historiador Gilberto Calil chamou atenção para a coletânea de Elio Gaspari.⁴² Calil descreve Gaspari como revisionista a partir da análise de elementos nas suas obras, que serão comuns a outros textos taxados de “revisionistas”.

Entre eles, a desqualificação de João Goulart; a responsabilização da esquerda pelo desencadeamento do Golpe de 1964; a sobrevalorização da oposição entre militares “moderados” e “linha dura”; amenização dos primeiros anos da ditadura; a desqualificação sumária das organizações de resistência armada; o elogio do processo de transição pelo alto; a minimização da repressão política sob o governo

⁴⁰ *Idem*

⁴¹ TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n. 19, p. 27-48, 2006

⁴² CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a Ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Carlos Zacarias de Sana Júnior; Demian Bezerra de Melo; Gilberto Grassi. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017.

Geisel; o elogio do processo distensionistas e da forma como foi imposto; e a relativização dos marcos temporais que definem o período ditatorial, promovendo seu encurtamento.⁴³

Partindo desses pontos apresentados por Calil, vamos agora analisar obras que de alguma forma apresentam um ou mais argumentos listados pelo autor como revisionistas.

Sobre os trabalhos com essa temática devemos destacar aquele que, segundo Melo, foi o precursor entre os estudos que propõe uma análise revisada do golpe e da ditadura: o trabalho de Argelina Figueiredo.⁴⁴ A cientista política se propõe a analisar as possibilidades de ação dos principais agentes políticos no cenário brasileiro de 1964. A autora parte da premissa de que havia um *timing* para a tomada de decisões cruciais, que poderiam ter mantido o governo democrático. Mas, entre 1961 e 1964, as “escolhas e ações específicas solaparam a possibilidade de ampliação e consenso de apoio para as reformas, e, dessa forma, reduziram a possibilidade de [as] implementar, sob regras democráticas.”⁴⁵

Segundo Demian Bezerra Melo, a análise de Figueiredo ao justificar o golpe a partir da radicalização das ações dos agentes envolvidos no cenário político de 1964 acaba por culpabilizar pelo golpe aqueles que foram retirados do poder. O autor questiona o problema no qual se fundamenta a tese de Figueiredo: seriam as reformas uma oposição à noção de democracia ou são elementos naturais de um governo democrático?⁴⁶ Fico critica a tese de Figueiredo de anacrônica, sem “perspectiva histórica” e que “não apresenta embasamento teórico sofisticado”.⁴⁷ Para ele, o anacronismo está no fato de Figueiredo cobrar dos sujeitos do período um senso de democracia que só seria comum décadas depois.

O historiador Marco Antônio Villa sublinhou que tanto a direita quanto a esquerda foram “igualmente responsáveis” pelo golpe, pois “eram velhos adversários da democracia”.⁴⁸ Toledo afirma que, na teoria de Villa, todos os agentes políticos em 1964 (militares, civis de direita, os diferentes setores da esquerda e o próprio Goulart) foram responsáveis pela “destruição da democracia”. Ainda para Toledo, Vila “Não se preocupando em distinguir as motivações e as atuações específicas de cada um dos agentes políticos – nem avaliar os

⁴³ *Ibidem*, p.111

⁴⁴ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Paz e Terra, 1993.

⁴⁵ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Paz e Terra, 1993., p.30

⁴⁶ MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In: A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014. pp.161-162

⁴⁷ FICO, Carlos, Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017, p.11

⁴⁸ VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira- 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014, p.08

recursos materiais e simbólicos que detinham”.⁴⁹ Segundo ele, Villa não levava em consideração as tentativas anteriores de tomar o poder da direita.

Quem também aponta falhas na teoria de Villa é Carlos Fico. Fico critica o que ele considera argumentos fracos ou sem comprovação empírica de Villa. Um desses argumentos é classificar Jango como golpista. Para Fico, todas as ações apontadas pelo autor para justificar sua teoria não caracterizariam uma tentativa de Goulart. Fico chama atenção para a utilização de “mecanismos fortes” usados pelo então presidente para pressionar o Congresso para votar em seu favor (episódio da antecipação do plebiscito e solicitação de Estado de sítio). Mas por se tratar de uma pressão pela votação no Congresso, o autor concorda com Toledo, e afirma que não se pode falar em golpismo, mas sim “pressões indevidas”. Fico ainda propõe o seguinte questionamento: “se Jango era tão claramente golpista, por que a oposição não buscou o caminho legal do impeachment?”.⁵⁰

Outro ponto importante da teoria de Villa é a cronologia da Ditadura. Para ele, a Ditadura não durou 21 anos, pois o período que antecede o AI-5, não poderia ser considerado uma ditadura, devido a “toda a movimentação político-cultural que havia no país”.⁵¹ Além disso, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e a Câmara dos Vereadores se mantiveram abertas. O autor ressalta ainda que havia “liberdade” de imprensa e de manifestações culturais. Ainda segundo ele, também não pode ser visto como ditadura o período de 1979 a 1985. O período em que foi aprovada a Lei de Anistia, ocorrem eleições para os governos estaduais e teve ainda o movimento de massas pelas diretas. Assim, para o autor, pode-se considerar que a ditadura durou apenas 10 anos.

Villa não é o único que defende que o governo ditatorial durou menos do que é estipulado pela historiografia tradicional. Daniel Aarão Reis propõe uma cronologia diferente ao estimar que a Ditadura durou apenas 15 anos. Isso porque, para o historiador, no período que começa a “transição democrática”, ou seja, em que se suspendem os Atos Institucionais, em 1979, não se pode mais falar em ditadura, mesmo que não seja uma democracia.⁵²

Melo criticou o “encurtamento” cronológico proposto por Aarão, que só considera a ditadura até 1979. Segundo Melo, ao fazer isso, Aarão desconsidera as diversas manifestações

⁴⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 27-48, 2006, p. 34.

⁵⁰ FICO, Carlos, Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017, p.11

⁵¹ VILLA, Marco Antônio, **Ditadura à brasileira- 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.p., 09

⁵² REIS, Daniel Aarão, Ditadura no Brasil: Uma incômoda e contraditória memória. *In: Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1985*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p., 125.

contra o governo que ocorreram nesse período e foram duramente reprimidas. Como, por exemplo, a greve dos operários em São Bernardo do Campo, os “atentados terroristas” na sessão da OAB no Rio e no Riocentro no dia do trabalhador. Além de não levar em conta a própria campanha pelas Diretas já, em 1984.⁵³

Outro autor que será taxado de revisionista tanto por Toledo, quanto por Melo, é Jorge Ferreira. Este em seu livro “O tempo da experiência democrática” (2003) propõe uma análise que difere das de viés estruturalistas, que explicam o golpe a partir de fatores econômicos, como resultado de uma crise do capital. Da mesma forma, se opõe àquelas que ele vai chamar de “personalistas”, que entendem que as ações individuais levaram ao golpe de Estado. Segundo Ferreira, essas correntes culpabilizam Goulart por sua “falta de talento” em gerir a situação de crise. O autor ainda se distingue da interpretação que vai entender o golpe como uma “grande conspiração”, que envolve capital multinacional e governos de outros países, para essa corrente, o “‘culpado’ do golpe teria sido o Outro, o ‘estrangeiro’”. Assim, o autor se propõe a reconstituir “as identidades e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles patrocinaram.”⁵⁴

A teoria de Ferreira é que no período que antecede o golpe a esquerda buscava a realização de reformas a qualquer custo, inclusive por vias não democráticas. O autor rebate as teorias que personalizam na figura de Brizola a causa do desgaste político de Jango. Afirma que Brizola apenas representava o que era a esquerda do período, “se ele era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional.”⁵⁵

Uma crítica feita por Melo não só a Ferreira, mas a toda a historiografia que ele denomina de revisionista, é a falta de uma leitura crítica e de uma metodologia consistente para a análise das fontes. No caso específico do livro de Ferreira, Melo critica como o autor se utiliza da pesquisa feita pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que tentou traçar as motivações das pessoas que compareceram ao comício da Central do Brasil. O resultado da pesquisa divulgado por Lacerda é que apenas 5% das pessoas que se encontravam no comício eram “janguistas e comunistas”, os demais “demonstravam um

⁵³ MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In: A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.,179

⁵⁴ FEIRREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In: O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Jorge Ferreira e Lucia Neves Delgado, (org), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 347.

⁵⁵ *Ibidem*, p., 356

pensamento legalista, reformistas e portador de um alto grau de politização”.⁵⁶ Ferreira se utiliza dessa pesquisa como se ela por si própria fosse uma “verdade histórica”, e, acaba assim, “desconsiderando os posicionamentos políticos e ideológicos da fonte”.⁵⁷

Há posturas, podemos dizer, mais moderadas do que de Villa, Ferreira e Figueiredo quanto ao papel da esquerda no desencadear do golpe. Marco Napolitano, por exemplo, concorda em certa medida que a esquerda e os reformistas não foram “meras vítimas da história e dos golpistas maquiavélicos”.⁵⁸ Para ele, o golpe se fundou em grande medida nos erros cometidos por esse grupo. Mas esses erros, “não devem encobrir um fato essencial: o golpe de Estado foi um projeto de tomada do poder – complexo, errático e multifacetado, é verdade, mas ainda assim um projeto”.⁵⁹

Vimos nesse item que não há unanimidades quanto ao tema. Há embates feitos pela historiografia a respeito da motivação, cronologia, natureza da ditadura etc. Aqueles que se propuseram a apresentar, podemos dizer, teses alternativas àquelas então predominantes, ainda demonstram fragilidade em comprovação dos seus argumentos, que foram um a um refutados por autores que seguem diferentes linhas explicativas, mas sem dúvida, com mais ênfase pelos que optam por uma explicação marxista de viés estruturalista.

Conclusão

Em 2004, Carlos Fico escreveu um artigo no qual chamava atenção ao crescimento do interesse popular sobre o debate sobre a ditadura em todo o país.⁶⁰ No texto, Fico comemorava o entusiasmo pelo tema que dez anos antes estava sendo ignorado. Para o autor, isso se deu devido ao fato de que velhos estereótipos foram sendo superados, e alguns clichês sobre a ditadura foram sendo abandonados devido às pesquisas históricas factuais feitas por profissionais e o “desprendimento político” possibilitado pelo distanciamento histórico.⁶¹

Após 17 anos do texto de Fico, percebemos que o estudo da política e seu debate são de grande importância, visto o momento atual do Brasil de manifestações populares e reivindicações das mais diversas. O debate em torno desses assuntos não só tomou a academia, mas também a transcendeu. Nos meios de comunicação foram feitas entrevistas,

⁵⁶ MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁵⁷ *Idem*, p.164

⁵⁸ NAPOLITANO, Marcos, **1964: História do regime militar brasileiro**. Rio de Janeiro, Contexto, 2014. p.164

⁵⁹ *Idem*, p.164

⁶⁰ FICO, Carlos. Versões controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n. 47, p.29-60, 2004.

⁶¹ *Ibidem*, p.30

discussões e matérias calcadas no interesse das pessoas por essa temática. Manter essa curiosidade e a busca por explicações científicas pelos fenômenos políticos é uma tarefa necessária, a qual o historiador não pode se abster. A História tem sua capacidade de desvendar os acontecimentos políticos que marcaram épocas e influenciam até os dias de hoje.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.
- _____, O golpe de 64 como fenômeno de política internacional. *In: 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. TOLEDO, Caio Navarro (org), Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a Ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. *In: Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Carlos Zacarias de Sana Júnior; Demian Bezerra de Melo; Gilberto Grassi. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017. 380 p.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**, 333f. 2012, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**, Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Vozes, 2006.
- FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In: O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Jorge Ferreira e Lucia Neves Delgado, (org), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. Versões controversas sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n. 47, p.29-60, 2004.
- _____. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____, **O golpe de 1964: momentos decisivos**. FGV Editora, 2015.
- _____, Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Paz e Terra, 1993.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O Sentido de Classe do golpe de 1964 e da Ditadura: Um debate bibliográfico. *In: 1964: 50 anos depois – a ditadura em debate*. Grimaldo Carneiro Zachariadhes. (Org). Aracaju: EDISE, 2015. 582 p.
- MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In: A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Demian Bezerra, (Org). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá, **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar. 2014
- NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o Regime Militar Brasileiro- Apontamentos para uma Revisão Historiográfica. **Contemporânea**, v.2, 2011

- _____, **1964: História do regime militar brasileiro**. Rio de Janeiro, Contexto, 2014.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira- 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.
- REIS, Daniel Aarão, Ditadura no Brasil: Uma incômoda e contraditória memória. *In: Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1985*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. **Bulletin of Latin American Research**, 2016.
- TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 27-48, 2006